

# SAÚDE É VIDA

Publicação do Departamento de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região - Maio/2016

  
SINDICATO DOS  
METALÚRGICOS  
DE BETIM E REGIÃO

 

## TRANSTORNO MENTAL

# CLIMA DE INSEGURANÇA, RITMO E PRESSÃO POR PRODUÇÃO FAZEM CRESCER SOFRIMENTO PSÍQUICO DO TRABALHADOR

Nesse momento em que o País vive um período de desaceleração da atividade econômica, numa situação também negativamente ampliada pela instabilidade política, o clima de insegurança dentro das empresas, sobretudo em relação à manutenção dos empregos, é um fator gerador de estresse, que pode levar ao sofrimento psíquico dos trabalhadores, resultando em casos de ansiedade e até depressão.

Não à toa, os chamados transtornos mentais (condições de anormalidade, sofrimento ou comprometimento da ordem psicológica, mental ou cognitiva) já são, atualmente, a terceira causa de longos afastamentos do serviço por doença, na maioria das vezes, também decorrentes do ambiente de trabalho competitivo e das pressões por produtividade e cumprimento de metas exigidas pelas empresas - estes distúrbios perdem apenas para lesões e contusões por esforços repetitivos

*“Viver em situação de ameaça de desemprego, dada a pressão pelo momento do País, faz com que o trabalhador se sinta mais dependente da empresa, o que o leva, muitas vezes, a silenciar a própria dor e piorar os sintomas”, atesta a psicóloga do Sindicato Aline Picardi, que também é mestre em Psicologia Social, com ênfase nas áreas de Trabalho, Sociabilidade e Lazer, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG), em entrevista ao Saúde é Vida.*

Só em 2014, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) arcou com o pagamento de auxílio-doença, por causa de transtornos mentais e comportamentais a mais de 220 mil pessoas em todo o País. Com isso, saíram dos cofres da Previdência Social algo em torno de R\$ 25,6 bilhões em benefícios para trabalhadores com os mais diversos problemas de saúde.

Entre os metalúrgicos da base de representação do Sindicato (Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas), os transtornos mentais estão entre as cinco principais reclamações de trabalhadores que passaram pelo Departamento de Saúde da entidade, entre janeiro de 2015 e março deste ano.

## APOSENTADORIA

# GOVERNO TEMER QUER AUMENTAR IDADE MÍNIMA

O governo do presidente interino, Michel Temer, irá enviar ao Congresso Nacional proposta para discutir mudanças na Previdência, que incluem, por exemplo, o aumento da idade mínima para a aposentadoria.

Temer coloca como solução

para a crise fiscal à adoção da idade mínima não inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres.

Além disso, a equipe do novo governo estuda propostas para desvincular be-

nefícios – incluindo os da Previdência o dos reajustes concedidos ao salário mínimo, medida que pode prejudicar a maior parte dos aposentados, já que a maioria das aposentadorias tem aumento vinculado ao do mínimo.



SAIBA A IMPORTÂNCIA DO PPP, DOCUMENTO QUE REÚNE INFORMAÇÕES SOBRE A VIDA LABORAL DO TRABALHADOR.

PÁGINA 2

TRANSTORNOS MENTAIS JÁ SÃO A TERCEIRA CAUSA DE AFASTAMENTO DO TRABALHO, SEGUNDO DADOS DO INSS.

PÁGINA 3

AMEAÇA DE FECHAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE EM BETIM LEVA CAOS À CIDADE E PROVOCA INDIGNAÇÃO POPULAR.

PÁGINA 4

**PREVIDÊNCIA**

# AUMENTO DA IDADE MÍNIMA PREJUDICA AQUELES QUE COMEÇAM A TRABALHAR MAIS CEDO

**PLANO DE GOVERNO DO PRESIDENTE ILEGÍTIMO, MICHEL TEMER, TAMBÉM FALA EM ACABAR COM CORREÇÃO DOS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS TENDO COMO BASE O SALÁRIO MÍNIMO**

O governo do presidente ilegítimo, Michel Temer, promete fazer estragos na aposentadoria de milhões de trabalhadores. Isso porque em seu programa de governo – intitulado “Ponte para o futuro” – estão incluídas medidas que preveem o aumento da idade mínima para a aposentadoria e o fim das indexações para salários e benefícios previdenciários (para evitar que trabalhadores e aposentados tenham aumento real nos salários e benefícios).

No plano de governo de Temer está dito que “é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de forma que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo e menos tempo aposentados”.

Ou seja, Temer coloca como solução

para a crise fiscal a adoção da idade mínima para a aposentadoria, que não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres – a previsão é de que a idade aumente, dependendo dos dados demográficos, podendo chegar a 67 anos. “Essa medida irá penalizar, principalmente, aqueles que começam a trabalhar mais cedo, especialmente os trabalhadores de baixa renda”, afirma o diretor de Saúde do Sindicato, Rogério Djalma.

Além disso, fala-se em eliminar a correção dos salários e benefícios previdenciários e auxílio a pessoas com deficiência. “É uma proposta perversa, insensível e desumana, que atinge, sobretudo, os trabalhadores mais pobres e os mais velhos, que já têm os salários bastante corroídos”, critica o diretor do Sindicato.

**O QUE QUER O GOVERNO TEMER**

- Criar idade mínima para a aposentadoria, que seria de 65 anos;
- Adotar idade igual para homens e mulheres;
- Criar uma faixa de remuneração menos do que um salário mínimo para aposentados e pensionistas.

**O QUE JÁ EXISTE**

- **FATOR PREVIDENCIÁRIO:** Criado em 1999, durante o governo FHC, reduz os benefícios para homens que se aposentam antes dos 65 anos e mulheres que se aposentam aos 60 anos;
- **FÓRMULA 85/95 (2015):** Combina tempo de contribuição (mínimo de 30 anos para mulheres e 35 para os homens) com a idade. A soma tem que ser igual ou superior a 85, no caso das mulheres, e 95 para os homens. A fórmula vai aumentando progressivamente até chegar a 90/100 no ano de 2022.

**PREJUÍZOS À VISTA**

## SAÚDE E EDUCAÇÃO TAMBÉM TERÃO MENOS RECURSOS

Conforme mecanismo previsto na Constituição Federal de 1988, o governo federal é obrigado a gastar uma determinada porcentagem de seus recursos com setores considerados prioritários, como é o caso da Saúde, Educação, Assistência Social e Previdência, dentre outros. O governo Temer, entretanto, não pensa assim, pois pretende “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com Saúde e Educação”.



Em outras palavras, isso significaria, portanto, o fim de todo o modelo de financiamento da Educação e da Saúde Pública brasileira.

Em relação à Saúde, esta medida de Temer faria com que os Estados deixassem de aplicar 12%, os municípios 15% e o governo federal 10% de suas receitas na Saúde, conforme previsto atualmente.

Prejuízos também ocorreriam em relação à Educação. Isto porque os artigos 212 da Constituição Federal e 69 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) ordenam os gastos de 18% por parte da União e 25% da receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento da Educação por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios.



**SEU DIREITO**

## PPP É DOCUMENTO FUNDAMENTAL PARA SE REQUERER APOSENTADORIA ESPECIAL

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que exerceu suas atividades na empresa. Sua elaboração é obrigatória e tem como objetivo primordial fornecer informações para o trabalhador quanto às condições ambientais de trabalho, principalmente no requerimento da aposentadoria especial.

“O PPP também tem como finalidade comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial; e prover o trabalhador de meios de prova produzidos pelo empregador perante a Previdência Social, a outros órgãos públicos e aos sindicatos, de forma a garantir todo direito decorrente da relação de trabalho, seja ele individual ou coletivo”, explica a advogada do Sindicato Márcia Cleópatra.

A emissão do PPP é obrigatória

para os trabalhadores que são expostos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial.

“A responsabilidade pela emissão do PPP é da empresa e deve ser emitido, atualizado e entregue ao empregado, que durante o contrato de trabalho esteve em contato com agentes nocivos à saúde, no momento da vigência ou rescisão do contrato de trabalho. Caso isso não seja feito, o trabalhador deve procurar o Sindicato para as devidas providências”, observa a advogada.

**IMPORTANTE**

Para alicerçar a comprovação em atividade sujeita ao equacionamento da aposentadoria especial, Márcia Cleópatra do Sindicato orienta aos trabalhadores que guarde os laudos periciais feitos durante o período bem como os contracheques que registram o recebimento de adicional de insalubridade ou periculosidade.



**EXPEDIENTE**

**23 DE OUTUBRO:** Publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e região. Rua Santa Cruz, 811. Centro - Betim - CEP 32510-020 - **Telefone 3539-6500**  
**Presidente:** João Alves de Almeida **Diretor Responsável:** Vicente de Souza Filho **Redação:** Eduardo Durães Júnior (MG 05149 JP) e Eliezer Dias (MG 06553 JP) **Diagramação:** Jainder de Assis (MTB 00162 DG)  
**Contato:** imprensa@metalurgicosdebetim.org.br e www.metalurgicosdebetim.org.br **Impressão:** Gráfica Fumarc

**MEDO E INSEGURANÇA**

# AMEAÇA DE PERDA DO EMPREGO TRAZ IMPACTOS NEGATIVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR

**PARA PSICÓLOGA DO SINDICATO, MEDO DE PERDER O EMPREGO TORNA O TRABALHADOR MAIS VULNERÁVEL À FORMAS DE DOMINAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS, AO MESMO TEMPO EM QUE PRODUZ EFEITOS SOBRE SUA SAÚDE, COMO O AUMENTO DO SOFRIMENTO MENTAL**

É cada vez maior o número de trabalhadores com problemas de saúde relacionados ao trabalho na base metalúrgica. Apenas no período de janeiro de 2015 a março de 2016 foram registrados mais de 490 atendimentos, feitos pelo Departamento de Saúde do Sindicato.

Em sua maioria, os casos estão relacionados às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e às Doenças Osteomusculares e do Tecido Conjuntivo (Dort), além dos chamados transtornos mentais (ansiedade, depressão, síndrome do pânico, dentre outros) que estão entre as cinco principais causas de relatos feitos pelos trabalhadores.

Mas, enganam-se aqueles que pensam que apenas fatores internos - como as más condições de trabalho, posturas incorretas nas máquinas e movimentos repetitivos, dentre outros - podem levar a acidentes ou ao desenvolvimento de doenças no ambiente de trabalho.

O momento de crise econômica e a instabilidade política atravessado pelo País pode, sim, ser um fator desencadeador do mal estar entre os traba-



*Aline: "Muitas vezes, trabalhador silencia sua própria dor"*

lhadores dentro das fábricas. Numa comparação, é como se jogasse mais gasolina no fogo.

"Viver em situação de ameaça de desemprego, dada a pressão pelo momento do País, faz com que o trabalhador se sinta mais dependente da empresa, o que o leva, muitas vezes a silenciar a própria dor e piorar os sintomas", atesta a psicóloga do Sindicato Aline Picardi, que também é mestre em

Psicologia Social, com ênfase nas áreas de Trabalho, Sociabilidade e Lazer, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG).

"Além do risco de perder o emprego, há também o medo do endividamento, corte nos gastos com saúde e lazer e, consequentemente, queda na qualidade de vida. Uma situação econômica estável, a garantia ao emprego e um

contexto social estável são fatores protetores da saúde", ressalta.

Por isso, segundo a psicóloga, o contexto de instabilidade econômica e social impacta na saúde mental do trabalhador e de toda sua família, incluindo crianças e adolescentes, e configura dessa maneira, um problema social que demanda atenção das políticas públicas.

## "SE PRECISO, TRABALHADOR DEVE PROCURAR AJUDA", DIZ PSICÓLOGA

A psicóloga do Sindicato dá algumas dicas para que os trabalhadores passem por esta fase de turbulência. "Em um momento delicado como esse, ao contrário de desistir e desanimar, é preciso que os sujeitos se apoderem da situação, se fortaleçam enquanto coletivo participando das associações e sindicatos, do controle social e avalie também seu projeto de vida individual", sugere. "Cuidar das consequências de um quadro de ansiedade ou depressão depois de já instalado demanda tempo. Portanto, se os sintomas ainda estão no começo é hora de procurar ajuda", acrescenta.

Segundo Aline, os profissionais de saúde e segurança do trabalho das empresas devem ter um olhar mais sensível e atento a respeito dos fatores psicossociais presentes nos locais de trabalho, os chamados fatores de risco, para que possam implantar medidas de prevenção e propiciar um ambiente de trabalho mais adequado.

## TRABALHO FONTE DE PRAZER OU SOFRIMENTO?

Em uma definição geral, o trabalho é um conjunto de atividades ou esforço realizado individualmente ou por um grupo de pessoas com a finalidade de se alcançar alguma meta ou benefício. Neste sentido, deve servir como fonte de prazer, já que, por meio dele, o homem pode concretizar seus sonhos e atingir seus objetivos de vida.

Entretanto, quando isso não acontece, o trabalho passa a ser uma tarefa árdua e se torna fonte de estresse e sofrimento. Daí para o aparecimento da ansiedade e, em casos mais graves, da depressão, é um passo. Em outras palavras, assim como o trabalho pode ser fonte de felicidade, pode, também, causar problemas psíquicos diversos.



## PERFIL DE ACIDENTADOS E DOENTES É DE TRABALHADORES JOVENS E COM MÉDIA DE 5 ANOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS

De acordo com o técnico de Segurança do Trabalho do Sindicato, Diego Domingos, além dos fatores externos, como o clima de insegurança no País, que aumenta a pressão e o controle das chefias sobre os trabalhadores dentro das fábricas, outros fatores contribuem decisivamente para a ocorrência de acidentes ou aparecimento de doenças.

"Com base nos relatos dos trabalhadores, pode-se concluir que o aparecimento e crescimento destas doenças tem relação direta com o trabalho, dadas as más condições do ambiente, movimentos repetitivos em posições incômodas e ou inadequada, além de sustentação de peso pelas mãos", ilustra o técnico de segurança do Trabalho do Sindicato, Diego Domingos. Outro fator que tem contribuído para as ocorrências de acidentes de trabalho, também com impactos sobre o adoecimento no trabalho é o excesso da prática de horas extras.

"O que também nos chama a atenção é a faixa etária destes trabalhadores adoecidos, que, em sua maioria, têm até 30 anos de idade, e tempo de trabalho na empresa com uma média de cinco anos", acrescenta.

### ORIENTAÇÃO

De acordo com Diego, muitos trabalhadores adoecidos ou acidentados ignoram os atestados médicos ao invés de seguirem as orientações médicas que recomendam o afastamento do trabalho. "É uma atitude perigosa. Muitos trabalhadores

aceitam o chamado desvio de função oferecido pela empresa, que o faz como uma desculpa de oferecer melhores condições de trabalho e evitar o afastamento pelo INSS", acrescenta. "É prudente que os trabalhadores não caiam nesta armadilha", orienta.

Segundo Diego, ao aceitar tal oferta, os trabalhadores têm muitos prejuízos. "A começar pelo não reconhecimento da incapacidade que vincula o nexo causal (espécie acidentária), a estabilidade no emprego por 12 meses e no caso de haver sequela, e também à indenização, se a mesma estiver prevista na apólice do seguro existente na empresa.



*Diego: "É preciso tomar cuidado com o chamado 'desvio de função' sugerido pelas empresas"*

## DADOS DO INSS

### TRANSTORNOS MENTAIS JÁ SÃO TERCEIRA CAUSA DE AFASTAMENTO DO TRABALHO



Os problemas psicológicos causados pelo ambiente de trabalho não trazem reflexos apenas para a saúde dos trabalhadores, mas afetam também as próprias empresas e o governo. Isto porque os chamados transtornos mentais já são a terceira causa de afastamento do trabalho, segundo dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de março de 2015.

Conforme o órgão, o número de benefícios acidentários concedidos em um intervalo de cinco anos aumentou mais de 1.800%.

No caso dos benefícios acidentários, quando o INSS considera que o próprio ambiente de trabalho causou o transtorno, as empresas são obrigadas a continuar pagando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a reincorporar o trabalhador por, pelo menos, um ano, após a liberação médica.

Em 2007, o INSS concedeu 612 benefícios acidentários por auxílio-doença, em casos de transtorno mental, em todo o Brasil. Em 2012, os números saltaram para 11.590 casos.

**CAOS NA SAÚDE EM BETIM**

# AMEAÇA DE FECHAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE REVOLTA POPULAÇÃO DA CIDADE

O Sindicato ingressou na luta contra o fechamento de unidades públicas de saúde em Betim. Alegando dificuldades financeiras, a Prefeitura Municipal anunciou, no início do ano, que pretende fechar a Maternidade Pública Haydée Espejo Conroy, no bairro Imbiruçu; as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos bairros Paulo Camilo e Campos Elíseos; e as Unidades de Atendimento Imediato (UAI) Guanabara e Alterosas.

A ameaça do prefeito de Betim, Carlaile Pedrosa, do PSDB – mesmo partido de Aécio Neves, tem causado indignação e apreensão na população do município e de cidades vizinhas, pois, além de restringir o acesso aos serviços de Saúde, poderá piorar a qualidade do atendimento, que já não é dos melhores, devido à superlotação das unidades e da falta de médicos.

Com a repercussão negativa do fechamento das unidades, populares, parlamentares e entidades dos movimentos sociais, como o Sindicato, têm se mobilizado para impedir, de uma vez por todas, que o governo municipal coloque em prática sua intenção.

Desde então, várias manifestações já foram realizadas em frente aos postos de saúde e à maternidade, exigindo não só que as unidades continuem abertas, mas também a melhoria da assistência oferecida aos usuários.

**AUDIÊNCIA**

O assunto também foi debatido em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 13 de abril, a pedido do deputado estadual Geraldo Pimenta (PCdoB), médico licenciado do Sindicato. “Não podemos aceitar que unidades de saúde, fundamentais para garantir a assistência à população, principalmente da parcela mais carente, que necessita do SUS, sejam fechadas”, disse.

Para Pimenta, a crise na Saúde em Betim, mesmo com a retração econômica, pode estar relacionada à má gestão e falta de planejamento. “A receita anual de Betim é de quase R\$ 2 bilhões. Portanto, o município tem condições de oferecer à população uma assistência à saúde digna”. Acompanhado de outros deputados, no dia 15 de março, Pimenta fez uma visita técnica na Maternidade do Imbiruçu, que realiza cerca de 250 partos por mês, e no Hospital Regional Público Professor Osvaldo Franco, que atende a 51 municípios da região metropolitana. “São unidades que prestam um atendimento



Deputado estadual Geraldo Pimenta (PCdoB) liderou manifestação em defesa da saúde em Betim e contra o fechamento de várias unidades de atendimento básico

decente e de qualidade à população de Minas”, ressaltou.

**RECURSOS**

Além de audiências públicas e das visitas técnicas, deputados têm participado de reuniões com o Ministério Público Estadual (MPE) e com as secretarias municipal e estadual de Saúde. “É importante avançar na solução dessa grave crise da saúde em Betim. Nesse sentido, alguns avanços já foram alcançados, como a liberação pelo governo estadual de R\$ 5 milhões para a rede pública de Betim e de R\$ 1 milhão mensais para manter o Hospital Regional”, informou.

Segundo o deputado, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) também teria se comprometido com a regionalização do Serviço de Assistência Médica de Urgência (Samu) e

com o cofinanciamento das unidades de pronto atendimento de Betim.

O vereador de Betim Tiago Santana (PCdoB) também afirmou que seu mandato tem participado ativamente da luta por uma saúde municipal digna, universal e de qualidade. “Além de denunciar na Câmara essa medida absurda do governo Carlaile e de participar das manifestações dos movimentos sociais, assinei, em conjunto com outros vereadores, o pedido para a realização de audiência pública sobre o assunto na Assembleia Legislativa, e estamos buscando o apoio do governo estadual”, informou.

“O fechamento da maternidade e de unidades de saúde, tornará a vida das pessoas ainda mais difícil. Por isso, estamos lutando com todas as forças para impedir que isso ocorra”, acrescenta Tiago Santana.



**FECHAR UNIDADES DE SAÚDE É RETROCESSO”, AFIRMA PAULO MIGUEL**

Conselheiro suplente no Conselho Municipal de Saúde de Betim, o diretor do Sindicato Paulo Miguel de Oliveira (foto) tem acompanhado com preocupação a situação e representado as entidades nas manifestações e debates sobre o tema.

“O fechamento de unidades de saúde é um retrocesso que vai na contramão de uma política de Saúde séria, ainda mais nesse momento de epidemia de dengue e zika. Ao invés de fechar o governo municipal deveria é abrir novas unidades para melhor atender a todos que necessitam”, disse.



Segundo ele, o Conselho Municipal de Saúde enviou um documento à Procuradoria do Município de Betim sugerindo que a verba devolvida anualmente pela Câmara Municipal à Prefeitura de Betim seja destinada à Saúde. A elaboração do documento contou com a ajuda dos diretores do Sindicato que integram o Conselho, Paulo Miguel e Rogério Djalma.



Tiago Santana: “Fechamento de unidades de saúde torna mais difícil a vida das pessoas”

## DIRETORES DO SINDICATO TOMAM POSSE NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM

Os diretores do Sindicato Rogério Djalma e Paulo Miguel de Oliveira tomaram posse como membros titular e suplente, respectivamente, no Conselho Municipal de Saúde de Betim (CMS), no dia 24 de fevereiro.

“É fundamental para o Sindicato participar do Conselho, pois representamos tanto os metalúrgicos, que fazem parte de um setor significativo na economia da região, quanto os trabalhadores em geral. Isso nos possibilita acompanhar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas de saúde no município”, destaca Rogério Djalma (foto).

Integrante do Conselho há várias gestões, Rogério Djalma considera que defender a saúde pública tam-

bém é papel do Sindicato. “Temos como princípio participar dos principais fóruns de debates que envolvem os interesses da população e, em especial, dos trabalhadores. No caso da Saúde, nosso papel é defender uma assistência pública e gratuita de qualidade para todos”, reforçou.

O Conselho Municipal de Saúde de Betim é composto por 32 membros efetivos e 32 suplentes. Desse total, 16 são representantes de usuários, 8 de trabalhadores e 8 representam os gestores e prestadores de serviços. O CMS tem caráter deliberativo e é responsável pelo controle da execução das políticas de saúde, inclusive, dos aspectos econômicos e financeiros, conforme prevê a lei federal 8.142/90, que normaliza a participação da sociedade na Saúde.

